



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026

RECORRENTE: VBB INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS LTDA.

RECORRIDA: MARIA LUZIA DE CARVALHO SEIXAS

ITEM IMPUGNADO: ITEM 39

ASSUNTO: JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA HABILITAÇÃO DA LICITANTE RECORRIDA.

I – RELATÓRIO

1.1. Trata-se de recurso administrativo interposto por VBB Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda., em face da decisão que habilitou a licitante Maria Luzia de Carvalho Seixas no Item 39 do Pregão Eletrônico nº 008/2026.

1.2. Em síntese, a recorrente sustenta a suposta insuficiência da Certidão de Acervo Técnico – CAT apresentada pela recorrida, alegando que a documentação não comprovaria a integralidade da qualificação técnica exigida no certame.

1.3. É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE

2.1. O recurso foi interposto por parte legítima, dentro do prazo legal e em observância às regras previstas no instrumento convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

2.2. Assim, CONHEÇO do recurso administrativo, por preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

III – DA ANÁLISE DO MÉRITO

3.1. Do regime jurídico aplicável

3.1.1. Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a licitação deve observar, entre outros, os princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao edital, julgamento objetivo, motivação e segurança jurídica.

3.1.2. Ainda, o art. 62 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que a habilitação é a fase destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

3.1.3. No tocante à qualificação técnica, o art. 67 da mesma Lei estabelece que a Administração poderá exigir documentação apta a comprovar a aptidão do licitante e a compatibilidade de sua experiência anterior com o objeto licitado, devendo tal análise ser realizada de forma objetiva e vinculada às características do item em disputa.

3.2. Da compatibilidade da CAT com o Item 39

3.2.1. No caso concreto, o Item 39 refere-se a serviço de sonorização para eventos de pequeno porte, com objeto delimitado e tecnicamente definido, sem previsão de exigência de serviço de iluminação. Vejamos a especificação do item constante no Edital:

Sistema de som para pequenos eventos (diária incluindo operador) - com especificação mínima de 04 caixas passivas com amplificador ou ativa 15" + 02 caixas de sub., com 02 falantes de 18" 800w rms + TI com pedestal, 01 amplificador bss no mínimo 200w; 01 amplificador gt no mínimo 15w de potência de som; 01 mesa de 06 canais no mínimo; 02 microfones com fio; 01 microfone sem fio; 01 notebook; som para 200 pessoas em média.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

3.2.2. Da análise dos autos, verifica-se que a CAT apresentada pela licitante recorrida abrange serviços de sonorização, mostrando-se, portanto, compatível com o objeto específico do Item 39.

3.2.3. Assim, para fins de habilitação naquele item, restou atendida a exigência editalícia de qualificação técnica, pois a documentação apresentada guarda pertinência direta com o objeto licitado.

3.3. Da distinção em relação aos itens anteriores

3.3.1. Diversamente, nos itens anteriores, o objeto licitado possui abrangência mais ampla, contemplando, além da sonorização, serviços de iluminação.

3.3.2. Ocorre que a CAT apresentada pela recorrida não contempla os serviços de iluminação, razão pela qual, quanto àqueles itens, a documentação técnica não se revela suficiente para demonstrar a integral compatibilidade com a integralidade do objeto exigido.

3.3.3. A conclusão adotada quanto aos itens anteriores, portanto, não se confunde com a análise relativa ao Item 39, uma vez que a aferição da qualificação técnica deve ser realizada item a item, em estrita observância ao conteúdo efetivamente exigido no edital.

3.4. Da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo

3.4.1. A Administração Pública encontra-se vinculada às disposições do edital, não podendo ampliar ou restringir, de forma discricionária, o alcance da documentação técnica apresentada, sob pena de violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3.4.2. No presente caso, a documentação juntada aos autos é suficiente para demonstrar a aptidão da recorrida em relação ao Item 39, que versa exclusivamente sobre sonorização.

3.4.3. Desse modo, inexistente fundamento jurídico para reforma da decisão recorrida, porquanto não demonstrada irregularidade apta a comprometer a habilitação da licitante no item impugnado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

IV – DECISÃO

4.1. Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 62, 67 e 165 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas disposições do instrumento convocatório:

4.1.1. CONHEÇO do recurso administrativo interposto por VBB Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.;

4.1.2. No mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO e mantenho, por conseguinte, a habilitação da licitante Maria Luzia de Carvalho Seixas no Item 39 do Pregão Eletrônico nº 008/2026;

4.1.3 Tendo em vista o indeferimento do recurso e em estrita observância ao disposto no **artigo 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021**, encaminhe-se o presente parecer para decisão da **Autoridade Competente**.

Bocaina de Minas - MG, 18 de maio de 2026.

Thiago Donizette Silva
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

DECISÃO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

Acolho integralmente a motivação e as razões expostas pelo Senhor Pregoeiro, ratificando a habilitação técnica da empresa **MARIA LUZIA DE CARVALHO SEIXAS** para o item 39.

Luzimar de Moura Benfica
Prefeito Municipal